

**Local:** Salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

**Data:** 29 de fevereiro de 2016 -----

**Abertura da reunião:** nove horas e cinquenta e cinco minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da assembleia municipal de Armamar, Mário Torres Marta, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Maria do Carmo Sousa Ferreira, desempenhado as funções de 1.ª secretária e Ricardo Soares Carvalho Pereira da Fonseca 2.º secretário -----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A mesa da assembleia municipal, justificou as faltas dadas na primeira e única reunião da sessão de novembro de 2015, a Hernâni Almeida, Maria dos Prazeres Mendonça, Paulo Vieira, Paulo Tolda e aos presidentes de junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Sérgio Silva e União das Freguesias de Arícera e Goujoim, José Manuel Machado e comunicou a substituição, na presente sessão de Paulo Vieira, por Jorge Cambotas e do presidente de junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Sérgio Silva, pelo secretário Ricardo Santos. -----

A presente sessão iniciou-se com a ausência de Rui Gaspar, Manuel Paiva e da presidente de junta de freguesia de Santa Cruz, Sara Gouveia. -----

O **presidente da assembleia municipal**, por se tratar da primeira assembleia do ano desejou a todos um bom desempenho ao longo deste, e que os objetivos a que se propuseram sejam alcançados, ao serviço da população do concelho de Armamar. -- Incentivou os membros da assembleia e os presidentes de junta de freguesia a estarem mais presentes nas atividades que se realizam no concelho, que são bem divulgadas pelo município através do site e e-mails enviados, pois há acontecimentos interessantes que se estão a desenvolver que não se faziam no passado. -----

Comunicou que, por iniciativa da mesa, até ao final do mandato será organizado um almoço, para todos os membros da assembleia e câmara municipal, servido nos restaurantes do concelho tentando percorrer todos. Cada membro suportará o custo do seu almoço. Pretende-se, assim, que se mantenha esta união em torno do que são os objetivos do concelho de Armamar. Por vezes, nestes convívios, podem partilhar-se assuntos interessantes. -----

No sentido de dar resposta a um dos objetivos a que a mesa da assembleia municipal se propôs, nas questões relacionadas com a saúde, transmitiu que no final da

assembleia irá estar “connosco” o presidente do ACES Douro Sul, Rui Dionísio, para falar da situação geral dos agrupamentos de saúde do Douro Sul, mais concretamente do centro de saúde de Armamar. Também foi convidado o Dr. Campos que não garantiu a sua presença, por motivos de agenda. -----

Em relação à correspondência recebida fez saber que o tribunal administrativo e fiscal de Viseu, por ter recebido uma denúncia anónima dando conta do risco de queda da estrada municipal entre a Folgosa e Marmelal, notificou o presidente da assembleia municipal para se pronunciar sobre o assunto. A notificação veio no início do mês de janeiro, foi respondido nos prazos estabelecidos e chegou a resposta com o despacho de arquivamento. -----

-----  
**Presidente da câmara municipal**, desejou votos de um bom ano e que este seja profícuo e cheio de sucessos pessoais para todos. -----

Felicitou o novo presidente da República, eleito, professor doutor Marcelo Rebelo de Sousa, a quem desejou as maiores felicidades no desempenho do seu cargo e que o faça sempre em prol dos interesses do país. -----

Referiu que, tal como em outros concelhos do Douro, Armamar foi fustigada pelas intempéries. O município em conjunto com os presidentes de junta de freguesia fez o levantamento dos prejuízos causados, que rondam os 519 mil euros, um valor muito considerável. Este levantamento também foi pedido pela CCDRN e pela CIMDOURO porque há a possibilidade do governo acionar o Fundo Municipal de Emergência, para fazer face aos prejuízos ou pelo menos para ajudar os municípios da região do Douro, que foi a mais afetada. -----

Em relação à estrada da Folgosa/Marmelal, disse que se trata de um processo resultante de uma exposição de um morador da Folgosa enviada para várias entidades, nomeadamente, ministério público, CCDRN e para o secretário de estado da administração local, manifestando preocupação pelo estado em que esta se encontra. Como o presidente da assembleia municipal já referiu, o processo foi arquivado através do tribunal administrativo e fiscal de Viseu. O município deu todos os esclarecimentos necessários a estas entidades e o arquivamento do processo demonstra que não estão postas em causa questões de segurança, na via. Existem patologias que estão a ser resolvidas, mas não há razões para alarme em termos de segurança de circulação. Atendendo ao estado da estrada e para dar conhecimento à

assembleia comunicou que o município em conjunto com a empresa que faz o transporte escolar, a Transdev, alteraram o circuito do autocarro, passando este a ser feito via Santo Adrião, por uma questão de precaução. -----

Agradeceu o empenho e a dedicação das associações do município pelo embelezamento da sede do concelho por altura do Natal. -----

Dirigiu uma palavra de apreço e agradecimento à Associação Cultural e Desportiva de Contim, ao Agrupamento de Escolas, à Fundação Gaspar e Manuel Cardoso e ao grupo de teatro “Filhos do Vento”, pelas atividades de Carnaval que realizaram, recreando algumas tradições. -----

Deu conta de que a situação da variante de Fontelo se encontra em vias de avançar para o concurso de adjudicação. A Estradas de Portugal já fez o levantamento topográfico da variante, estão na fase de contactar os proprietários e foi garantido que, brevemente, irão avançar com as obras. -----

Referiu-se com muito orgulho, enquanto presidente do município, ao facto de uma atleta do Armamar Futsal Clube já fazer parte da seleção distrital. É uma jovem com grande potencial que, poderá chegar muito longe. -----

Comunicou que na última reunião da CIMDOURO foi discutido o PRODER. A CIMDOURO irá fazer a candidatura em conjunto com as outras CIM'S e prevê-se que em termos de comunidade intermunicipal, ao Douro sejam reservados cerca 8 milhões e 500 mil euros. As propostas dos municípios, das associações e de outras entidades como a UTAD são de projetos de uma grandeza de 120 milhões de euros, o que em termos de discussão é um problema ter 8 milhões e 500 mil euros para 120 milhões de euros de projetos. É uma enormidade o que se está a fazer de que os municípios discordam, porque desses 8 milhões e 500 mil euros, só 2 milhões e 600 mil euros é que caberiam à gestão direta municipal, o resto seria através das associações de desenvolvimento local e das outras entidades parceiras. Essa discussão ainda não ficou fechada, irá haver uma reunião no dia 8 de março para concluir o processo. Percebe-se que o programa, em termos financeiros, é demasiado curto para as pretensões de toda a região. Armamar apresentou dois projetos: um está contemplado para a Aldeia de Goujoim, o outro, caso seja contemplado, será para reconstrução do edifício da Adega Cooperativa de Armamar, num consórcio com as Caves Vale do Rodo e o Museu do Douro, porque é um edifício emblemático e há um projeto magnífico para desenvolver, ali. -----

**Exposição e análise de assuntos gerais de interesse para a autarquia -----**

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

**Jorge Rodrigues**, fez um pequeno comentário a cerca das intempéries dizendo que se podem prever mas não evitar, pelo menos, no que diz respeito aos estragos. Apelou para maior fiscalização no que concerne às obras que impliquem com as estradas e caminhos municipais deste concelho. -----

**Maria dos Prazeres Mendonça**, desejou que o ano de 2016 seja um ano de felicidade e muita saúde para todos. -----

Disse que o senhor presidente já respondeu à primeira pergunta que ia colocar, sobre a variante de Fontelo, desejando que as varandas de Fontelo deixem de cair. -----

Como se falou em PRODER, está a torcer para que sejam feitos muitos projetos, que venham muitos para Armamar e tenham um final feliz e que não se voltem a repetir situações desagradáveis que não quis referir mas que o senhor presidente da câmara conhece perfeitamente. -----

Apresentou um voto de louvor público à Universidade Sénior de Armamar a pedido dos utentes do Centro Social e Paroquial de Fontelo. Num domingo, por altura do Natal, muito frio e muito chuvoso os alunos da universidade deslocaram-se até eles com os seus cantares e a sua alegria. Houve risos, gargalhadas, lágrimas, palmas e muitas emoções. É disto que os idosos precisam e merecem. Deixou também um bem haja de toda a direção do centro social. -----

Referiu que, a seu ver, Armamar está mais rica e mais bonita. Como não teve oportunidade de o fazer por não ter estado na última assembleia deu os parabéns à direção da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso pelo novo Lar que construiu, “as pessoas passam mas a obra fica, para sempre”. Considera que é uma obra com muita dignidade não só física mas, principalmente, a nível social pelo fim para que foi construída. Lendo a ata da última sessão da assembleia, sentiu tristeza por apenas duas ou três pessoas se terem referido a essa obra que tanto vai ajudar os idosos. Referiu, também, que sendo a parte social uma das prioridades que o partido socialista tem no seu programa, ninguém se tenha lembrado de falar do assunto. -----

**Presidente da câmara municipal**, começou por se referir ao que foi dito por Jorge Rodrigues concordando com este, porque se verificou que algumas das situações resultantes das intempéries têm a ver com intervenções particulares que, muitas vezes,

retiram a sustentabilidade das plataformas das vias públicas. Nas duas situações mais gravosas está em estudo, com o consultor jurídico, o que pode ser feito em relação à responsabilização dos particulares. Estas duas situações aconteceram em Aldeias, onde caiu parte da plataforma da estrada entre o cruzamento de Aldeia de Baixo e o Barracão e em Contim com rebentamento de uma charca agrícola. Quer num caso quer no outro, o município já tinha notificado pelo menos duas vezes os proprietários, no sentido de os responsabilizar caso se viesse a verificar alguma situação de prejuízo causado nessas duas zonas. O município vai avançar com as intervenções porque são fundamentais para a segurança de quem circula nessas vias e depois fazer o apuramento das responsabilidades. Há outras situações de risco, mas já foram dadas instruções, bem claras, aos serviços de fiscalização municipal para, quer em situações que estão a ocorrer de novas movimentações de terra junto a vias municipais, quer para situações que já foram realizadas, não facilitarem. Não se pretende de modo algum criar obstáculos aos investimentos agrícolas do concelho, mas esses investimentos não devem nem podem causar prejuízos para aquilo que é um bem de todos. -----

Quanto ao que foi dito por Maria dos Prazeres percebeu o que quis dizer ao referir que houve uma situação que correu menos bem, embora não esteja, diretamente, ligada com o município, que se envolveu para a tentar resolver, desejando que não se repita no futuro porque causa problemas a quem se dedica, de corpo e alma, a estes projetos. Concordou que o novo Lar da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso é um equipamento de referência, assim como todos os equipamentos sociais independentemente da sua dimensão. -----

Em relação à Universidade Sénior subscreveu o voto de louvor atribuído ao magnífico projeto que se está a desenvolver, no concelho, dirigido aos seniores que tem sido um sucesso, não só pelas atividades que se desenvolvem, mas também no combate ao isolamento dos idosos. Subscreveu na íntegra o voto de louvor. -----

-----  
**Rui Fernandes**, usou da palavra para fazer um alerta em relação a um assunto da ordem do dia, o requerimento da Cooperativa Agrícola de Armamar, que pede o reconhecimento do interesse público municipal. Considerou, extremamente, necessário fazê-lo porque o documento não está em condições de ser votado, podendo ser retificado de modo a que ainda na presente sessão seja votado. Trata-se

de um contrato de promessa de compra e venda com tradição que já deveria, obrigatoriamente, ter pago IMT. Diz o artigo 2.º do Código de IMT que as “promessas de aquisição e de alienação, logo que verificada a tradição estão sujeitas a imposto municipal sobre transmissões”. Diz ainda o artigo 54.º “o cumprimento das obrigações impostas por este diploma é fiscalizado, em geral e dentro dos limites da respetiva competência, por todas as autoridades, autarquias locais, repartições públicas e outras pessoas coletivas de utilidade pública”, em especial a direção geral de impostos que está mais, diretamente, ligada. Depois diz o artigo 52.º “ salvo disposição da Lei em contrário não podem ser atendidos em juízo nem perante qualquer autoridade a autarquia local, repartição pública e pessoa coletiva de utilidade pública, os documentos ou títulos respeitantes a transmissões pelas quais se devesse ter pago IMT, sem que a prova de pagamento tenha sido apresentada”. “Ou seja, existe um contrato de promessa, o município é a entidade fiscalizadora, não poderá aceitar este documento sem que seja apresentado o documento comprovativo de pagamento de IMT. Ainda pode ser feito, hoje, de forma a podermos aprovar o requerimento apresentado pela cooperativa”. -----

**Márcio Morais**, fez a intervenção cujo teor se transcreve. -----

“ Bom dia a todos, começo por cumprimentar a mesa desta assembleia, o executivo, os senhores presidentes de junta, os meus colegas deputados e todo o público presente. -----

A vitória de Marcelo Rebelo de Sousa partiu de um ato eleitoral democrático, livre, justo onde não se verificou uma vez mais a usurpação de poder tal como todos nós pudemos constatar nas últimas eleições Legislativas, se bem que desta vez nem com uma coligação total de esquerda haveria a possibilidade matemática para que tal “de já vu” se voltasse a repetir. -----

Destaco os resultados do nosso concelho onde Marcelo Rebelo de Sousa obteve 67,83% das intenções de voto contra 12,73% de Sampaio da Nóvoa, Marisa Matias quedou-se pelos 8,21%, Vitorino Silva mais conhecido por Tino de Rans com 3,90% ocupou e bem o lugar de outros...os resultados dos restantes candidatos a nível concelhio e perdoem-me a expressão “foram espelho de si próprio”. -----

Há quem se queixe de um outdoor único informativo de uma superfície comercial de um concelho vizinho, barafuste, faça abaixo assinados e levante mil e um problemas onde não os há, ou pelo menos sou eu que não os vejo, vejo sim problemas na minha



sede de concelho onde há uns anos a esta parte é bombardeada por outdoors com mensagens políticas que perduram para lá do tempo aceitável e com sinais claros de desgaste, gerando assim uma degradação à vista de todos na via pública. -----

De acordo com a Lei n.º 97/88 “compete às câmaras municipais, ouvidos os interessados, definir os prazos e as condições de remoção dos meios de propaganda utilizados”, ainda que a remoção de cartazes, outdoors e demais meios de promoção das candidaturas seja da responsabilidade das entidades que os tiverem instalado. -----

Obrigado. -----

Mas isto é, apenas e só, a opinião de um armamarenses que com muito orgulho, de há trinta anos a esta parte, sempre foi residente desta freguesia e deste concelho.” -----

-----  
**Presidente da câmara municipal**, em relação ao assunto abordado por Rui Fernandes, disse-se apanhado de surpresa pois não tinha conhecimento que estes contratos de promessa com tradição estavam, obrigatoriamente, sujeitos ao pagamento de IMT, mas com certeza será um assunto que ainda no decorrer desta assembleia irá ficar resolvido, pois é de todo o interesse, que assim seja. -----

Referente à intervenção de Márcio Morais disse que a câmara, por inação ainda não retirou os cartazes de propaganda política que proliferam pela sede do concelho e em algumas freguesias. Sabendo que retirá-los compete aos partidos políticos, como há uns que o fazem e outros não, a câmara municipal terá que tomar medidas. -----

-----  
**Presidente da assembleia municipal**, comunicou ao presidente da câmara e à assembleia que Jorge Rodrigues, membro desta assembleia e um dos responsáveis pela cooperativa agrícola de Armamar está a diligenciar no sentido de cumprir a formalidade levantada. -----

**Paulo Tolda**, em nome dos colegas partidários desejou a todos um bom ano, repleto de sucessos pessoais e profissionais e com muita saúde. -----

Referiu-se com satisfação ao prémio que Armamar ganhou pela Escola Básica José Manuel Durão Barroso, conseguindo o primeiro lugar, num concurso literário. -----

la perguntar, exatamente, o que a câmara municipal está a fazer no sentido de evitar que particulares, com a sua intervenção, criem alguns danos nas estradas, particularmente do caso de Aldeias, mas disse-se esclarecido por já ter sido falado pelo presidente da câmara. -----

Aproveitando a informação financeira fez referência à melhoria dos indicadores orçamentais e financeiros do município. Mostrou-se satisfeito por o executivo ter tido alguma atenção e melhorias nesses indicadores. Disse perceber que, obviamente, o exercício do presidente da câmara e dos seus colegas vereadores fica mais complicado tendo em conta uma situação restritiva, que implica mais escolhas e uma gestão mais rigorosa. -----

Referenciou algumas propostas feitas pelo CDS e pelo vereador Luís Pinto relativamente aos pontos negros rodoviários, que gostaria que se resolvessem o mais rápido possível e aos caminhos agrícolas que também apresentam alguma degradação. Ainda não há novidades em relação a candidaturas, mas porventura seria uma boa alternativa para o município estudar futuras candidaturas de apoio a estas situações. --- Disse por fim que o município deveria participar em algumas feiras para a promoção do concelho, deu o exemplo de São João da Pesqueira, que já participa há algum tempo e com bons resultados, nomeadamente na BTL- Bolsa de Turismo de Lisboa e no SISABE. Parece-lhe importante que o município estude esta questão, como forma de divulgar os produtores e o concelho. -----

**Joaquim Duarte**, fez a transcrição cujo teor, se transcreve: -----

“ Senhor presidente da assembleia municipal, senhores membros da mesa da assembleia, senhor presidente da câmara municipal e vereação, senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores. -----

Tendo por mote uma excelente entrevista do senhor presidente do município de Armamar, João Paulo Fonseca concedida a um jornal de âmbito regional há algum tempo, em que abordava o setor do turismo, que cada vez mais é o ouro do século XXI, referia que o “modelo que existe para a (navegabilidade) do Douro não traz grande riqueza para os concelhos da região”. Sabemos que são milhares de turistas que visitam o Douro Património Mundial, sabemos que os mesmos vêm sedentos de conhecer o Douro, o vinho generoso, as paisagens, o “glamour” das quintas, as vinhas, as vindimas, mas muitos deles levam uma imagem parcial do Douro que não demonstra de forma completa o percurso da primeira região demarcada do mundo. O Douro agreste, o Douro das mãos calejadas, o Douro do sofrimento, da dor, do trabalho, do suor de muitos trabalhadores que com seu esforço, com a sua vontade contribuíram para uma paisagem impar no mundo, paisagem que seduz, paisagem que ao mesmo tempo deveria levar-nos à reflexão sobre o esforço de muitos homens e mulheres, a



troco de quase nada, vivendo em condições precárias construíram este mundo de encanto que produz riqueza. -----

Esta primeira parte serve para introduzir somente três palavras. Aldeia de Pai calvo. Armamar tem dentro do seu território um grande exemplo do Alto Douro Vinhateiro do século XIX, o Alto Douro Vinhateiro antes da filoxera. As pedras, agora em ruínas, os caminhos no seu silêncio guardam histórias daqueles que trabalharam, daqueles que calcorrearam os seus caminhos, que com o seu esforço produziram um vinho de qualidade. Pai Calvo, hoje aldeia fantasma, terra de vinho bom, merecia um outro olhar, um outro olhar mais atento, merecia, que nas suas paredes se construísse um centro interpretativo do Alto Douro Vinhateiro, nomeadamente, no que concerne ao retrato do trabalho dos jornaleiros, do seu sofrer diário. A aldeia de Pai Calvo seria o autêntico Museu do Douro, do Douro real, do Douro agreste, do Douro de nove meses de inverno e três de inferno, do Douro dos jornaleiros, sem nada de seu construíram, moldaram este Douro, a que todos atraí. -----

Sabemos que aquilo que afirmo não passará de um sonho, porque só juntando os interesses do município com os interesses privados se conseguirá ter sucesso. Muitas vezes esses interesses são inconciliáveis, mas se nada se fizer, iremos perder um património histórico considerável, porque hoje, cada vez mais, a aposta passa pelo património cultural imaterial, mas também pelos centros interpretativos que recriam épocas importantes na nossa memória coletiva. É esse património que nos faz criar laços com a nossa terra, com o nosso concelho, com a nossa história, com a nossa memória. -----

O nosso concelho tem um potencial enorme a nível paisagístico, mas também a nível histórico e cultural, saibamos nós desenvolver os esforços no mesmo sentido, juntar sinergias, entre o público e o privado e poderíamos criar riqueza. Se cinco por cento dos que visitam o Douro, visitassem a aldeia de Pai Calvo, esse número seria significativo, sobretudo se ao mesmo tempo se aproveitassem outros locais também de grande interesse territorial no nosso concelho para serem visitados, a dinâmica seria outra que potencialmente deveríamos explorar. -----

Deixo aqui este repto, somente um pequena alerta, consciente que as minhas palavras esgotar-se-ão no final do meu discurso, mas não ficaria bem na minha consciência se não o fizesse, porque nas minhas andanças pelo mundo vi outros locais com menos potencial a conseguirem os seus objetivos. Lembro-me de uma aldeia na Turquia,

perto de Éfeso onde são milhares os turistas que a visitam só para verem como viviam os turcos séculos atrás, ou de uma aldeia na Irlanda do Norte que retrata a grande fome dos irlandeses e a sua fuga para a América em busca do eldorado. Fazamos nós a diferença. -----

Aproveitando as palavras do colega que me antecedeu dou os parabéns à turma do 4.º A e à professora Adélia Fonseca pelo 1.º lugar nas Correntes D' Escrita organizado pela Porto Editora, na Póvoa de Varzim. -----

Tenho dito.” -----

O **presidente da câmara municipal**, em primeiro lugar e, porque foi esquecimento da sua parte, deu os parabéns à turma do 4.ºA da Escola Básica José Manuel Durão Barroso que se candidatou ao prémio conto ilustrado infantil “Correntes D’Escrita da Porto Editora”, com o conto “A Magia de Ahmed” conseguindo o primeiro lugar de cento e quinze candidaturas. -----

Em relação à questão de Paulo Tolda sobre a estrada de Aldeias disse que há dois orçamentos a ser analisados para se atuar o mais breve possível porque se trata da principal via de acesso a Armamar. A obra rondará os 100 mil euros, um valor considerável que vai interferir com o orçamento, porque como referiu e bem há o esforço de toda a câmara municipal de em termos financeiros ter o equilíbrio necessário. -----

Em relação aos pontos negros que têm sido discutidos nas reuniões de câmara, estão identificados e há situações em que já se fizeram pequenas intervenções. A intenção é de executar a maioria das situações pelos funcionários da autarquia e aquelas em que não hajam meios ter-se-á de procurar, fora, os serviços. Tem surgido uma dificuldade acrescida, em termos de intervenções nas vias, causada pelas limitações na aquisição de massa betuminosa, anteriormente fornecida pela pedreira do senhor Francisco Marinho que, como já não fornece diariamente, causa transtorno. O tempo também não permitiu grandes intervenções, mas assim que haja condições irá avançar-se para o terreno para colmatar essas situações. -----

Sobre a participação nas feiras referiu que Armamar também estará na BTL, no dia 6 de março, numa lógica da CIMDOURO e em relação ao SISABE, nunca participou. Disse que estará no SISABE, a convite de duas empresas da região, onde pretende perceber a dinâmica e importância dessa feira da qual já lhe falaram, mas não há nada

como estar presente, ver e perceber a potencialidade que tem para o município e caso se justifique, numa próxima edição “estaremos” presentes. -----

Em relação ao que foi dito por Joaquim Duarte sobre a entrevista ao jornal regional referiu que disse o que lhe vai na alma, o que sente e o que é a sua posição em relação à navegabilidade do Douro, que considera muito importante em termos da projeção que dá aos territórios, mas em termos de riqueza que gera para esses próprios territórios é, praticamente, nula. Percebe que os operadores turísticos fazem o papel deles, querem tirar a maior rentabilidade possível do seu negócio, mas os autarcas é que têm de perceber que navegabilidade querem e de que forma podem tirar maior proveito dela. Atualmente, para além de não se tirar qualquer proveito dessa atividade ainda traz despesas acrescidas. Disse que prefere que os barcos hotéis não atraquem na Folgosa, do que o façam, para não deixarem toneladas de lixo para tratar que vão ser pagas por todos os municípios deste concelho. O município de Armamar não seria ressarcido dessas despesas. O território no seu todo, o Alto Douro Vinhateiro tem de repensar que tipo de navegabilidade quer e de que forma os territórios podem ganhar com isso. -----

Em relação à aldeia de Pai Calvo, obviamente, que concorda que tem um grande potencial, não só em termos de património construído mas também pelo significado da sua história na região demarcada do Douro. Não é uma situação nova, já nos anteriores executivos houve a tentativa de desenvolver um projeto turístico no Pai Calvo mas existe um entrave porque é propriedade privada, as pessoas não se querem desfazer do património, o que se percebe. Poderá tentar chegar-se a acordo com eles para se desenvolver algum projeto turístico em volta dessa aldeia emblemática que seria muito importante para o concelho de Armamar em termos de atração turística. -

-----  
**Hernâni Almeida**, à informação que o senhor presidente deu sobre as derrocadas acrescentou que, há correspondência a responsabilizar os proprietários. No caso de Aldeias ainda fizeram um pequeno muro que não resolveu, definitivamente, mas o município pode responsabilizar os proprietários em consequências futuras porque, devidamente, foram alertados da intervenção pouco digna que tiveram. No Marmelal foi, precisamente, a mesma coisa e quando houve a intervenção a fiscalização atuou. Houve cartas, comunicações e portanto pode haver aí responsabilidade civil para os proprietários. -----

Alertou a câmara e a assembleia municipal sobre o facto de a CIMDOURO não estar a fazer um bom trabalho em defesa dos interesses do Douro e dos seus municípios. Não tem nada a ver com pessoas mas, na sua opinião, partilhada também pelos técnicos da CCDRN, está a fazer-se um mau trabalho para a região com consequências financeiras para os municípios. A CIMDOURO é, neste momento, das que está mais atrasada nos processos de candidaturas e de aprovações na região norte. Sabe que o presidente da câmara municipal tem defendido os interesses de Armamar, mas “temos” que estar atentos. Teve conhecimento que o presidente defendeu, e muito bem, em conjugação com Tabuaço, São João da Pesqueira, Régua e Vila Real a candidatura para se fazer uma grande intervenção na marginal do Douro aproveitando a linha do Corgo, podendo chegar ao Pinhão. Concorde que o turismo tem que estar integrado na comunidade e nos concelhos e que os barcos não trazem mais valias para o Douro. Os municípios têm que se lembrar de que, como em Lisboa, haja uma pequena taxa do preço da viagem dos cruzeiros para os custos logísticos dos municípios ribeirinhos. Outro assunto que o deixou bastante satisfeito foi o projeto da variante de Fontelo, há muito tempo “lutamos” por ele, já ficou pronto no executivo anterior. Também era fundamental que os três municípios lutassem pela conclusão da ligação de Valdigem a São João da Pesqueira, por se tratar de uma obra estruturante não só para Armamar, mas também para a região. Alertou de que o contrato que houve de requalificação da estrada de Fontelo/Armamar já acabou em 2000. Com o plano rodoviário 2000 todas as sedes de concelho têm que ter ligação a um IP ou IC, o que quer dizer que a responsabilidade da estrada, desde 2000, é da Estradas de Portugal que quando fizer a variante de Fontelo deve complementar a ligação a Armamar. -----

Alertou ainda o presidente para Armamar não ser prejudicada porque está à frente de Moimenta da Beira no projeto e planeamento da expansão do regadio. Moimenta da Beira já anda a anunciar dois regadios mas, no seu entender, o de Armamar é mais importante. Referiu que, em conversa com o presidente da câmara de Moimenta da Beira, sugeriu que em conjunto com o município de Armamar devam fazer um projeto integrado de regadio, para a fruticultura. -----

Referiu que há uma disposição comunitária, que permite que os fundos comunitários não contem para o endividamento e que as obras comunitárias, em alguns programas, estejam isentas de capacidade de endividamento. Felizmente, Armamar tem uma folga de investimento de cerca de 2 milhões de euros. Não querendo dizer que se vá

investir esse valor, nem é preciso, mas se for feito um investimento na Folgosa com os três municípios, como o investimento é participado em 85% e porque há um compromisso da EDP dar um subsídio a Armamar, Tabuaço e São João da Pesqueira num montante significativo, pode-se complementar aquela obra sem custos. -----

Na sua opinião a obra da Folgosa, o regadio e as duas obras de frio que estão candidatas em Armamar são uma mais valia para o concelho e tudo que seja desenvolvimento económico deve ser louvado. -----

Felicitou a Escola Básica José Manuel Durão Barroso pelo prémio e pelo magnífico trabalho que tem sido desenvolvido. Estes resultados implicam trabalho e dedicação dos alunos, dos professores, da direção e também dos pais. -----

**Ricardo Fonseca**, relativamente às situações que trazia muitas já foram faladas e uma delas referia-se à questão das intempéries e da fiscalização. Fala-se das grandes situações, das mais visíveis porque caem estradas e esquece-se muitas vezes que isso acaba por ser o corolário das pequenas situações que existem ao longo do concelho, que não são, devidamente, fiscalizadas, como valetas obstruídas e condutas que são tapadas porque entretanto a água está a cair no terreno de A, B ou C. A fiscalização deve incidir sobre as pequenas coisas e aí o senhor presidente da câmara esteve muito bem quando falou em mandar a conta dos prejuízos aos proprietários. Considera que a postura deve ser essa, as pessoas obstruem, a câmara manda desobstruir e ao fim apresenta a conta, são “x” horas de pessoal especializado. Continuarão a existir situações destas porque as intempéries não se podem prever, pode sim minimizar-se os prejuízos no sentido de, o que está feito em termos de equipamento estar, devidamente, fiscalizado e operacional. -----

Na qualidade de caçador deu os parabéns à autarquia por ter tido a nobreza e dignidade de cancelar a montaria ao javali. Até podiam não o fazer, porque era mais uma receita que seria bem vinda nesta altura de crise como, habitualmente, acontece. As pessoas vinham e independentemente de, neste caso o local a montar ter ou não ter efetivos de javali, a montaria fazia-se, as pessoas pagavam, depois acabavam por ir desiludidas. Considera um ato de coragem o que fizeram, porque é melhor que as pessoas não venham, do que levarem uma imagem errada do concelho de Armamar, de que foram enganadas. -----

Dirigiu-se ao presidente da câmara municipal para dizer que a Escola Básica José Manuel Durão Barroso está a terminar o prazo de garantia para as obras. Alertou para

que sejam levantadas as necessidades respeitantes a defeitos de construção e que sejam comunicadas, em tempo útil, à empresa construtora para que possam ser, devidamente, retificadas ou para constar com uma comunicação que se possa apresentar em futuros litígios, caso venham a existir, de forma a que não se continuem a pagar obras públicas com prazos de qualidade reduzidos e que se faça uso das competências e se saiba defender os interesses da população escolar. Relativamente à questão das instalações desportivas escolares, sabe que é uma situação antiga, que há uma promessa de muitos anos, mas promessas leva-as o vento e esta já deve estar bem longe. O que a DREN se comprometeu a cumprir com Armamar não foi feito, já lá vão uns anos, sabe-se que existe esse problema entre a promessa e o não cumprimento da mesma. A questão é que as crianças estão a pagar o preço de uma situação da qual não têm culpa. Chamou este ponto por ser de extrema importância e deixou a possibilidade de a assembleia municipal, não nesta sessão mas numa próxima poder fazer uma moção conjunta dirigida à DREN de maneira a que cumpram com o que se comprometeram para com o município e as crianças de Armamar. -----  
Por último não quis tecer considerações políticas, porque diz que gosta de o fazer quando tem contraditório, hoje como não tinha, deu os parabéns a Manuel Paiva por ter sido pai. -----

-----  
O **presidente da câmara municipal**, pediu permissão para cumprimentar Rui Dionísio que acabou de entrar na sala, a quem deu as boas vindas. -----  
Tecendo alguns considerandos às intervenções de Hernâni Almeida, em relação à CIMDOURO “sabemos e percebemos” que esta em vez de andar na linha da frente anda um bocadinho atrasada no que diz respeito às dinâmicas necessárias para uma estrutura desta dimensão. Todos conhecem a sua posição e considera que esta, enquanto comunidade intermunicipal que representa uma região que abrange 19 municípios, nunca conseguiu fazer o que estava previsto. Percebe-se que são demasiados municípios, muitos deles não têm qualquer tipo de continuidade e ligação e por vezes os problemas de Armamar, Tabuaço, São João da Pesqueira, não são os mesmos de Freixo, Carrazeda de Ansiães e de outros municípios. Na sua opinião o dimensionamento da CIM também dificulta a sua ação. Sempre defendeu que a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul poderia ter um papel mais interventivo e, ser essa organização a representante desta região. Em relação à obra



que falou da ciclovia, já não é Vila Real-Régua-Pinhão porque foi submetida uma candidatura ao INTERREG, é uma ciclovia que será apresentada pela CCDRN em conjunto com a Galiza. Representará cerca de 147 km de ciclovia, é um projeto que envolve 130 milhões de euros, de interesse para todos os municípios envolvidos. Estava previsto ir até ao Pinhão, mas já existe um projeto para levar a ciclovia até à Ferradosa e, através do INTERREG, já foi possível incluí-lo no troço. Há outro troço que é um projeto que foi apresentado em conjunto pelos municípios de Tabuaço, Moimenta da Beira e Sernancelhe para que depois a ciclovia do Távora venha interligar com essa. Pretendia-se na fase inicial destes projetos incluí-los no PRODER, mas passaram para a dimensão INTERREG porque as dotações orçamentais do PRODER, só com o troço Régua/Pinhão, ficavam esgotadas. -----

Em relação ao plano rodoviário 2000 e percebendo o que foi dito, expira-se aqui esse compromisso. Passar a jurisdição da via para a Estradas de Portugal, agora Infraestruturas de Portugal, não lhe parece a melhor solução porque não iria melhorar o estado da estrada e a segurança dos munícipes. Verifica-se que da sede do concelho a Parada do Bispo a estrada está devidamente limpa, tem sido intervencionada e tratada. De Parada do Bispo para baixo, que pertence à Infraestruturas de Portugal, vê-se o estado em que se encontram as valetas. Recentemente, houve uma série de derrocadas que, ainda, não sofreram qualquer intervenção. Neste momento, serve-se melhor os munícipes mantendo esse troço sobre a jurisdição do município que fará as devidas manutenções. -----

Referente ao regadio e às notícias de investimento de 20 milhões de euros num concelho vizinho, apesar de não costumar falar dos concelhos vizinhos, disse que, como é do conhecimento geral, o município de Armamar tem um projeto para ampliação da rede de regadio da barragem Temilobos. O estudo prévio já está concluído, foi submetido à apreciação da Direção Regional de Agricultura do Norte e até já obteve parecer favorável. Em relação aos projetos vizinhos, a equipa que está a fazer o de Armamar é a mesma do de Moimenta da Beira, que está numa fase mais atrasada, não porque a equipa queira trabalhar mais para uns do que para outros, mas porque os projetos de Moimenta dependem de uma série de pareceres externos que dificultam a sua aprovação. Ainda não estão na fase do estudo prévio porque o facto de ter pareceres e estudos de impacto ambiental atrasam o processo. Esses pareceres referem-se a uma situação na serra da Nave, que obriga à deslocação dos menires por

serem património de interesse público e o IGESPAR ainda não deu o parecer. Tentou-se que, em conjunto com o município de Moimenta da Beira, um dos projetos, o da serra da Nave, pudesse vir a irrigar algumas propriedades de Armamar, em Contim e no fundo de São Cosmado, mas foi dito pela equipa que outra dificuldade desse projeto é de que não há garantia que a quantidade de água seja suficiente para alargar a estes territórios mas, de qualquer forma, vai fazer parte do estudo. -----

Em relação à intervenção de Ricardo Fonseca, admitiu que em relação às intempéries há uma responsabilidade da autarquia por não ter a fiscalização no terreno com outra frequência. -----

No que respeita à suspensão da montaria ao javali, como é do conhecimento de todos, a zona de caça municipal de Armamar é conceituada na região, é reconhecida a boa gestão que tem tido ao longo dos anos e há que respeitar os caçadores, que para além da receita direta para a autarquia a economia local também ganha com a sua vinda. A decisão foi tomada após monitorização da mancha que estava definida para realizar a montaria e percebeu-se que não havia peças de caça. Por esse motivo, era de bom tom “sermos” honestos para com os caçadores e não a realizar. -----

Em relação a algumas patologias da Escola Básica José Manuel Durão Barroso, disse que o levantamento já está feito há bastante tempo, foi enviado à empresa responsável pelas obras e ficou acordado que num período de férias vinham reparar as deficiências do edifício. Ficou o compromisso de que viriam nas férias de Natal e não o fizeram. Entretanto já se fez novo contacto e acordou-se fazerem as intervenções, impreterivelmente, até ao final das férias da Páscoa, sob pena de se acionarem outros meios. O município fez algumas reparações urgentes, relacionadas com equipamentos sanitários mas imputará os custos à empresa. -----

-----  
**Apreciação da informação escrita acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira** (cujo original passou a constituir o anexo I à ata). -----

Abertas as inscrições, ninguém manifestou interesse em intervir: -----

**Intervalo quinze minutos.** -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

O presidente da assembleia municipal, reiniciou os trabalhos às 11h30 e comunicou que continuam ausentes: Rui Gaspar, Manuel Paiva e a presidente de junta

de freguesia de Santa Cruz, Sara Gouveia e as ausências de: Hernâni Almeida, Márcio Morais, Joaquim Duarte e Rui Fernandes. -----

**1) Análise e votação da ata da sessão anterior;** -----

O presidente da assembleia fez a retificação na parte da sua intervenção onde está escrito 87.º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Armamar deve ler-se 84.º. Abertas as inscrições, ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 9 abstenções, a saber: Paulo Tolda, Jorge Augusto Rodrigues, Jorge Ferreira Rodrigues, Maria dos Prazeres Mendonça, os presidentes de junta das freguesias de Cimbres, Hélder Carvalho, da Folgosa, Agostinho Magalhães, da união das freguesias de Arícera e Goujoim, José Manuel Machado, de Queimadela, José Carlos Encarnação e o secretário da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Ricardo Santos. -----

**2) Associação Cultural e Recreativa Jograis de Gogim – Contrato de Comodato – Escola Primária de Gogim (cuja proposta passou a constituir o anexo II à ata).** -----

O presidente da câmara municipal, referiu que a associação cultural e recreativa Jograis de Gogim fez chegar à câmara a pretensão de poder utilizar a escola Primária de Gogim. A política do município é ceder os edifícios das escolas primárias às juntas de freguesia caso estas manifestem esse interesse, ou a outras coletividades desde que a junta de freguesia dê parecer favorável. A junta de freguesia de São Martinho das Chãs já se pronunciou sobre o assunto e não vê qualquer inconveniente que a escola de Gogim possa ser cedida, por comodato, à associação Jograis de Gogim.-----

-----  
O presidente da assembleia municipal comunicou que passaram a fazer parte dos trabalhos Márcio Morais, Joaquim Duarte e Hernâni Almeida. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

**Maria dos Prazeres Mendonça**, pediu autorização à mesa para endereçar, a Rui Dionísio, um abraço amigo. Disse-se agradada por o voltar a ver sentado nesta assembleia, onde, tantas vezes, com as suas intervenções sábias e oportunas, conseguiu o bem estar e o progresso das pessoas da sua terra e do seu concelho, Armamar. -- Deu os parabéns ao presidente da associação Jograis de Gogim por ser uma pessoa com visão. Testemunhou que passou em Gogim e a escola envergonha aquela linda terra. Passou por outras, pela de Queimada que encontrou arranjada, foi pintada e o

átrio está bonito. A de Aldeias que não é o que era há 15 ou 20 anos atrás, mas também digna de se poder olhar. A de Gogim precisa mesmo de intervenção. Votará a favor, como fará em situações semelhantes, desde que seja para intervir nestes edifícios. No caso de Fontelo, felizmente, o jardim de infância já foi cedido ao Grupo de Bombos. Apelou para que outros presidentes de junta ou outras associações não deixem morrer os únicos edifícios públicos que as “nossas” aldeias tinham. Sugeriu que se utilizem as escolas se houver falta de habitação social no concelho de Armamar, para esse fim, ou se vendam se houver interessados. Partilhou que, de vez em quando, aos sábados tem o hábito de ir cumprimentar o executivo da sua terra, para saber como vão as coisas. Numa das conversas soube que estaria em negociação a venda da escola de Balteiro pois, já havia alguém interessado. Achou muito bem porque está num estado deplorável, principalmente a parte exterior. Sabendo que estes edifícios são propriedade do município, questionou o presidente da câmara municipal se ao concretizar-se esta venda ou outra “para quem revertem os euros, para a câmara ou para as juntas de freguesia”? Na sua opinião, os edifícios são das freguesias, foram construídos há muitos anos e fazem parte delas devendo o dinheiro proveniente das vendas reverter a favor de obras feitas nas freguesias dos mesmos. -----

**Presidente da assembleia municipal**, enquanto presidente da Associação Cultural e Recreativa de Gogim, disse que esta escola faz parte das suas memórias pois, foi aí que fez o ensino primário. Pretende-se com este contrato de comodato utilizar o edifício para dinamização do serviço de catequese. Com o apoio da população irão ser feitas as obras necessárias. A parte interior está dentro das condições, o que falta é a parte exterior e o telhado que precisa de ser substituído. -----

**Presidente da câmara municipal**, sobre o que foi dito por Maria dos Prazeres Mendonça, esclareceu que o jardim de infância de Fontelo se encontra cedido ao grupo de bombos pela junta de freguesia de Fontelo e não pelo município. Disse que a partir do momento que a câmara cede, através do contrato de comodato, as instalações seja à junta de freguesia seja, neste caso, a uma associação todas as despesas inerentes ao edifício passam para a responsabilidade do comodatário. -----  
Em relação à escola de Balteiro disse que foi vendida em hasta pública, onde foram postos à venda quatro edifícios escolares que as juntas de freguesia não mostraram

interesse em ficar com eles, a saber: Balteiro, São Joaninho, Santo Adrião e Cardais. Na hasta pública a única que foi licitada foi a de Balteiro. Quanto ao montante que resulta da venda é evidente que não se podem consignar receitas a terceiros. A receita fará parte da gestão interna do município. -----  
-----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

**3) Reconhecimento de interesse público municipal – Construção de um Armazém Agrícola com frigorificação** (cujo processo passou a constituir o anexo III à ata) -----  
-----

**Presidente da câmara municipal**, desejou que a questão do IMT se tenha resolvido. Endereçou os parabéns à Cooperativa Agrícola de Armamar e aos seus diretores por terem tomado a iniciativa de avançar com este investimento. Um investimento de extrema importância não só para a cooperativa, mas também para todo o concelho, em particular para a fruticultura. Acompanhou o processo e percebe que esta estrutura irá ter como associados pequenos e médios produtores de maçã o que o satisfaz, como autarca e pessoalmente, porque está, de uma vez por todas, a trabalhar-se em conjunto, para a valorização de um produto de excelência do concelho. A necessidade de vir a esta assembleia para se deliberar sobre o interesse público do investimento tem a ver com a localização do terreno onde a cooperativa pretende edificar esta estrutura que, se situa em zona não urbanizável, segundo as regras do Plano Diretor Municipal só pode ser autorizada a construção desde que esta assembleia decreta o interesse municipal do investimento, que pensa estarem todos de acordo de que uma estrutura desta natureza tem todo o interesse para o município. --  
-----  
-----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguinte membros: -----

**Jorge Augusto Rodrigues**, agradeceu as palavras do senhor presidente e o empenho que tiveram a comunidade em geral e os membros da direção da cooperativa e também os associados e cooperantes porque é para eles que este investimento irá ser feito. Enalteceu o grupo de empresários que querem investir em infraestruturas agrícolas no concelho de Armamar que são tão necessárias. Deve-se não só aprovar o interesse municipal como fazer tudo o que estiver ao “nosso” alcance para apoiar

esses investidores. No entanto, é legítimo que se questione a falta de condições na zona industrial para receber estruturas de grandes dimensões. Na altura que se construiu não se olhou para o futuro e, cada vez mais, o tempo vem provar que a zona industrial é limitada, incapaz de responder às exigências do mercado. Por esse motivo, o grupo parlamentar do CDS vem propor que se aumente o perímetro da zona industrial, não só para abarcar a localização deste investimento mas também para alargar para outros possíveis projetos de grande envergadura. -----

Teve conhecimento de uma candidatura para projetos de apoio a expansão de acolhimento a projetos em zonas industriais que terminou em janeiro, gostaria de saber se a câmara municipal de Armamar se candidatou, visto a zona industrial precisar de grandes melhorias. -----

**Maria dos Prazeres Mendonça**, disse que sente uma alegria enorme ,enquanto armamarense, ao ver que há pessoas com iniciativa para que a “nossa” terra ande para a frente. Armamar é um concelho, essencialmente, agrícola em que a pouca riqueza que cada um possa ter, a maior parte vem da agricultura. São estas iniciativas que vão ajudar Armamar a crescer, cada vez mais. -----

Falou-se da Adega Cooperativa de Armamar, assunto que a preocupa muito, porque se as quintas do Douro fecharem a “torneira” aos pequenos agricultores de vinho, o que lhes poderá vir a acontecer, onde é que vão colocar as uvas? A câmara também tem que se interessar por este problema. Há tempos, falando da Adega Cooperativa de Armamar, alguém responsável lhe dizia que as pessoas de Armamar nem uma telha têm no edifício. Ficou a pensar...“nem uma telha”? -----

Deu os parabéns pelas duas iniciativas e felicitou a cooperativa porque vai de encontro aos pequenos agricultores que são quem mais precisa de ajuda. -----

**Ricardo Fonseca**, à semelhança do que fez na última assembleia municipal apelou ao voto nesta iniciativa que lhe parece de extrema importância para o concelho. O concelho de Armamar tem, neste momento, um défice grande de infraestruturas onde os agricultores se possam agrupar e gerar mais valias no que diz respeito às suas produções. Sabe-se que os circuitos comerciais são feitos por empresas que estão estabelecidas no mercado que, normalmente, têm as regras de mercado bem definidas, mas que muitas vezes acabam por ser os agricultores os pagadores quer das boas quer das más gestões das empresas privadas. Sendo coerente com a sua postura na última sessão e porque esta vai de encontro aos mais desprotegidos, os pequenos e médios



agricultores, é de todo o interesse que esta assembleia, de uma forma esmagadora, aprove o interesse municipal deste empreendimento. -----  
-----

**Presidente da câmara municipal**, respondeu à única questão levantada nas intervenções anteriores sobre a falta de condições da zona industrial para a implementação deste tipo de estruturas. Como sabem a nossa zona industrial está construída há vinte e poucos anos. Foi pensada no sentido de retirar do centro das freguesias e do centro da vila algumas pequenas indústrias e oficinas que existiam. Atualmente, existe dificuldade em ter espaços com dimensão suficiente para albergar este tipo de investimento. A zona industrial tem, dos seus trinta e dois lotes, vinte e oito vendidos. Ampliar a zona industrial para onde vai ser construída a cooperativa não será possível porque é propriedade particular e vão edificar, não havendo forma legal de destacar parcelas, naquela zona, para se criarem outros lotes. A pretensão do município é poder ampliar para o espaço contíguo. É uma situação a que a câmara municipal está atenta e a aguardar que surjam novas condições em termos de comparticipações comunitárias para se poder avançar para uma segunda fase. Já desde a primeira fase que há um projeto para uma segunda, deseja-se que se concretize. -----  
-----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

**4) Documentos previsionais para o ano de 2016 – Primeira revisão orçamental** (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

**Presidente da câmara municipal**, como sempre disse não tem problema algum em apresentar revisões orçamentais, desde que elas signifiquem mais investimento para o concelho. Esta revisão refere-se à necessidade de executar ações relacionadas com comparticipações comunitárias, nomeadamente o POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, para execução de dez ecopontos subterrâneos na vila de Armamar, e a elaboração do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana. Os PARU estão confinados às sedes do concelho e têm que ter, obrigatoriamente, um plano de ação que defina as diretrizes do que se pretende executar nessa área de regeneração urbana. A elaboração é feita por uma equipa que irá monitorizar o programa e fazer as candidaturas. Este plano é muito mais importante para o investimento privado e para os proprietários da sede do concelho do que para o município. Já se fizeram reuniões de trabalho com os proprietários que

mostraram interesse em investir no património edificado que detêm em Armamar. Só haverá investimento público se houver investimento privado e vice versa. É um plano de ação importantíssimo porque se não existir ficará vedado às entidades públicas e aos privados qualquer candidatura a fundos comunitários nessas áreas. -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

**Paulo Tolda**, sobre este, ponto em particular, disse que em São João da Pesqueira, município onde trabalha, fizeram uma revisão exatamente pelos mesmos motivos. Considera a metodologia correta, fazer revisões ao orçamento se houver investimento. Acrescentou que é obrigatório que as revisões constem do PPI para depois serem aprovados os programas. A sua questão foi saber se só o centro urbano de Armamar irá estar abrangido pelo PARU. Referiu que a posição do CDS é concordar com esta metodologia relativamente à primeira revisão, até porque se é para acrescentar investimento e participado a 85%, faz todo o sentido. Não seria da mesma forma se fosse fazer uma revisão para aumentar, a despesa corrente, sem grande necessidade. -----

**Hernâni Almeida**, disse que não interveio no ponto anterior porque já se tinha referido aos dois projetos. Concorda, plenamente, com a revisão e até tinha dito ao senhor presidente, quando se aprovou o orçamento, que se podia ir um pouco mais longe para prever estas situações. Disse que deve haver sempre uma folga no orçamento para estas possíveis despesas não previstas. -----

Como referiu Jorge Rodrigues, também é de opinião que Armamar está a precisar de planeamento de desenvolvimento da zona industrial, que está previsto no novo PDM. Quando foi feita a variante da zona industrial/Armamar teve dois fatores de decisão: a mobilidade, porque é mais fácil o acesso a grande parte das freguesias de Armamar e a proximidade da zona industrial para Armamar. O município já no mandato anterior, adquiriu terrenos naquela zona estratégica e tem cerca de cinco hectares de terreno no prolongamento da zona industrial. O novo plano da área da sede do município podia ser um pólo de desenvolvimento da vila aproveitando o terreno que o município tem na zona de acesso à zona industrial e fazer uma espécie de condomínio de armazéns. Na Alemanha, Suíça e Holanda usa-se muito, são zonas estratégicas bem localizadas junto à sede do concelho onde a câmara só tem que fazer os arruamentos e as infraestruturas básicas. Há hipótese de expansão da zona industrial desde que haja

procura de, em terrenos do município, fazer uma zona mais cuidada e mais nobre para instalar algumas empresas que queiram vir para Armamar. Quanto ao assunto que está em discussão tem todo o seu apoio e quanto mais investimentos e participações vierem para Armamar, melhor. -----

**Presidente da câmara municipal**, para esclarecer Paulo Tolda disse que a delimitação da ARU só está definida para Armamar que não coincide só com o núcleo histórico mas sim com todo o núcleo urbano. -----

Quanto à intervenção de Hernâni Almeida sobre a zona industrial, acrescentou ao que disse a Jorge Augusto Rodrigues que o município está atento, percebe que tem, já, algum terreno para onde se pode alargar e irão ser estudadas as melhores oportunidades. Pediu permissão ao presidente da assembleia para falar em dois assuntos, um deles foi uma questão colocada por Ricardo Fonseca que, por esquecimento, não respondeu e diz respeito ao equipamento desportivo. Disse, sobre este assunto, que a câmara municipal continua em contacto com a DIGESTE, na pessoa do seu diretor. Acontece que, neste caso, o equipamento desportivo será incluído no equipamento escolar e só assim é que faz sentido para ter uma gestão mista em termos de escola e população em geral. Está dependente do mapeamento dos equipamentos escolares definido pela CIM que, contra a posição do município de Armamar e de outros, contemplou seis investimentos que já vinham do antigo parque escolar. Tem uma dotação orçamental de cerca de 6 milhões e 500 mil euros para essas intervenções. O que tem sido discutido é que grande parte desse investimento já foi feito pelos municípios e em princípio sobrarão dotação orçamental desse montante e, se assim for, há o compromisso da DIGESTE colocar o pavilhão desportivo escolar de Armamar como prioridade, locando essas verbas que irão sobrar do mapeamento escolar. -----

Informação a assembleia de que no mês de janeiro enviou um pedido de audiência à senhora ministra da justiça para falar sobre o tema do tribunal e até à data ainda não obteve resposta. Disse que ficará a aguardar que a senhora ministra o possa receber para falarem sobre o assunto. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Rui Dionísio, diretor do ACES Douro Sul, fez uma breve apresentação desse agrupamento que é constituído por oito concelhos onde está inserido Armamar. A principal missão do ACES Douro Sul é garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população da sua área geográfica de influência, pela interação e entrega. Promover um processo interativo de melhoria contínua dos cuidados e das perceções dos utentes. -----

Referiu que em abril será aberto procedimento concursal para colocação de médico de família (médico especialista de medicina geral e familiar), em Armamar. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções. -----

#### **Encerramento da reunião** -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

#### **Forma de Votação** -----

Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar foi, pelo presidente da assembleia municipal, encerrada a sessão, às doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:

Primeiro secretário:

Segundo secretário: